



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012299-55.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **JOSÉ VILSON BATISTA**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.
 Sustenta a parte autora que sofreu acidente em 19/10/2011, tendo negado pedido administrativo.

Assim, busca a procedência.
 Em contestação a requerida busca o reconhecimento da prescrição.

É o relatório.
 Decido.

A prescrição é trienal. O acidente se deu aos 19/10/2011, suspendendo-se o prazo com o pedido administrativo (11/09/13), até a solução (23/09/2013), nos termos da Súmula 229, do STJ.

Não se deve duvidar dos dados que constam da tabela de fl. 27, até porque, por óbvio, a parte tinha ciência da negativa, tanto que intentou a presente ação. Aliás, muitas críticas existem aos critérios par pagamento do seguro, mas os requerimentos administrativos são apreciados e informada a decisão à parte, como neste caso, causando espécie a notícia de que o autor não obteve nenhuma notícia de seu requerimento.

Assim, e como a ação foi intentada aos 19/12/2014, o prazo prescricional já havia fluído.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido, nos moldes do artigo 269, IV, do CPC.

Arquive-se com o trânsito em julgado.
 PRIC

São Carlos, 22 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**